

Presidente: Eduardo Perez Salusse

Vice-Presidente: Rodrigo Jorge Moraes

Diretor Administrativo: Humberto Gouveia

Diretora Secretária Geral: Cibele Malvone

Diretor de Prerrogativas: Pedro Luiz Oliveira

Diretora de Projetos: Lina Santin Cooke

Diretor Geral: Sidney Stahl

Boletim MDA

Agosto 2022 | Edição Nº 4



Boletim MDA

MDA NEWS

MDA

#41 O MDA subscreveu, juntamente com IASP, AASP, CESA, OAB/SP e IAB, ofício ao Secretário Municipal de Finanças do Município de São Paulo, apresentando sugestões para regular a emissão de notas fiscais relativas ao recebimento dos honorários de sucumbência.

#42 O MDA dará início às pesquisas e votação para premiação com a 6ª edição da Medalha MDA.

#43 O Subsecretário da Fazenda Estadual de São Paulo, Dr. Luiz Marcio de Souza, prestou esclarecimentos no CODECON em resposta à reclamação apresentada pelo MDA, comprometendo-se a implementar melhorias no atendimento dos contribuintes e especialmente dos seus advogados.



MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

NOTAS PÚBLICAS

MDA



 Acesso em: <https://t.ly/T5MJ>

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

NOTAS PÚBLICAS

MDA



MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

Feliz Dia dos Pais

Ser pai não é apenas gerar um filho. Ser pai é estar presente por toda a vida daquela pessoa, de bebê até a fase adulta. Ser pai é dizer mais não do que sim, demonstrando que a lei da escassez se aplica inexoravelmente. Ser pai é muito mais do que ser amigo. Ser pai é orientar, mesmo sabendo que — possivelmente — as orientações não serão seguidas. Ser pai é deixar seu filho aprender com os próprios erros, tomando todo o cuidado para que ele não se destrua com eles. Ser pai é lutar pelo filho quando ele está certo e advertir quando ele estiver errado. Ser pai é ver os filhos crescendo e ter orgulho de cada uma das conquistas deles. Ser pai é saber que você estará ausente nos mais diversos momentos de seus filhos em razão do trabalho. Ser pai é educar, mas também aprender e se renovar com seus filhos. Ser pai é dar o exemplo. Ser pai é estender a mão mesmo quando o filho não souber que precisa. Ser pai é enxergar um pouco de si em outra pessoa, seja nos defeitos ou nas qualidades. Depois, quando os filhos crescem, ser pai é saber ouvir e respeitar o espaço, sem imposições. Ser pai, em última análise, é ter uma penca de responsabilidades sem esperar nada em troca.

Texto escrito pelo advogado Leonardo Corrêa e suas irmãs.

 Acesso em: t.ly/ouZ5

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

Espaço Conselho

Artigos Publicados

O Conselheiro do MDA, **Pierpaolo Bottini** publicou artigo em coautoria no site Conjur com o título: A velha academia.

 **Acesso em:** t.ly/LbJ2

Fonte: Portal Conjur - Consultório Jurídico

O Conselheiro **Antonio Cláudio Mariz de Oliveira** publicou artigo no jornal O Estado de São Paulo com o título: Jô Soares, o imortal.

 **Acesso em:** t.ly/jFSi

Fonte: ESTADÃO

O Conselheiro **Júlio de Oliveira** publicou artigo em coautoria no jornal O Estado de São Paulo com o título: Infrações no século 21.

 **Acesso em:** t.ly/T2oe

Fonte: ESTADÃO

O Conselheiro **José Rogério Cruz e Tucci** publicou artigo no site Conjur com o título: CAM-CCBC e o crescente prestígio da arbitragem.

 **Acesso em:** t.ly/WP01

Fonte: Portal Conjur - Consultório Jurídico

A Diretora de Projetos do MDA, **Lina Santin Cooke** publicou artigo na coluna Pensando a lápis do site Conjur com o título: A instrumentalização das transações tributárias no âmbito federal.

 **Acesso em:** t.ly/Vlms

Fonte: Portal Conjur - Consultório Jurídico

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

Eventos

AGO
11

Nos dias 12, 19 e 26 de agosto, sob o comando dos Conselheiros **Rodrigo Monteiro de Casto** e **Guilherme Setoguti**, foram ao ar as lives promovidas pelo Monteiro de Castro Setoguti, com Floriano de Azevedo Marques Neto, Barbara Rosenberg e Martím Fernandez.

 Acesso em: t.ly/BiE0

 Acesso em: t.ly/Wc6y

 Acesso em: t.ly/xoY2

AGO
22

Em 22 de agosto, o Conselheiro **Rui Fragoso** participou de Webinar promovido pela AASP com o tema: Relação entre Advocacia e Magistratura.

AGO
24

Em 24 de agosto, o Conselheiro **Rodrigo Monteiro de Castro** participou de Seminário sobre A lei das sociedades anônimas de futebol (SAF) no direito comercial brasileiro, com o tema: A lei da SAF.

AGO
30

Em 30 de agosto, o Diretor Vice-Presidente do MDA **Rodrigo Jorge Moraes** palestrou no evento promovido pela Comissão de Meio Ambiente - OAB Campinas, cujo tema foi: Reflexões sobre a Produção Antecipada de Provas no Direito Ambiental.

SET
01

Em 01 de setembro, ocorrerá Webinar organizado pelo MDA sob o título: Advogado e o Metaverso, com a participação da Advogada **Gisela Bossa**.

 Acesso em: t.ly/FOZ9

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

Aniversariantes do mês

Julho/Agosto



**Fabio Medina
Osório**
30/07



**Jonathan
Barros Vita**
30/07



Daniel Blikstein
10/08



**Cid Vieira de
Souza Filho**
12/08



**José Rogério
Cruz e Tucci**
17/08

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

Tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei 904/22 que objetiva permitir a concessão de habeas corpus para pessoas jurídicas, com o objetivo de oferecer proteção contra atos abusivos ou ilegais. Segundo o o projeto, passa a ser considerada coação ilegal a operação de busca e apreensão e o bloqueio cautelar de bens e valores das empresas sem a devida fundamentação.

 **Acesso em:** t.ly/Ltcq

Fonte: Agência Câmara de Notícias

O Projeto de Lei 1734/22 estabelece regras para a contagem de prazos processuais em caso de indisponibilidade do sistema eletrônico dos tribunais. Pelo texto, os prazos serão suspensos enquanto durar a instabilidade, sendo imediatamente restituídos.

 **Acesso em:** t.ly/K8nw

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 1963/22, que fixa o prazo mínimo de três dias para pagamento das guias de recolhimento de custas processuais. Atualmente não existe uma regra geral sobre o tema, sendo assim, cabe a cada tribunal fixar prazo mínimo de vencimento. A proposta altera o [Código de Processo Civil](#).

 **Acesso em:** t.ly/SB-U

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

O Projeto de Lei 1958/22 estabelece que não será imputada responsabilidade ao advogado pela emissão de parecer ou opinião jurídica. A proposta restringe a responsabilização dos advogados aos casos em que forem comprovadas circunstâncias concretas que o vinculem subjetivamente a propósitos ilícitos. Em análise na Câmara dos Deputados, o texto inclui a medida no [Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil \(OAB\)](#).

 **Acesso em:** t.ly/Vel5

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 1809/22, que altera o [Código de Processo Civil](#) para estabelecer novas hipóteses em que o juiz fica impossibilitado de atuar no processo. O objetivo é preservar o dever de imparcialidade de magistrado.

A legislação atual prevê nove casos de impedimento. O projeto acrescenta duas novas hipóteses a esta lista: processos em que figure como parte o chefe do Poder Executivo que o indicou para compor o tribunal ou partido político ao qual tenha sido filiado ou no qual tenha exercido cargo comissionado.

A proposta também prevê que, nos casos de impedimento de juiz, será convocado, quando a lei ou o regimento adotado pelo tribunal assim o dispuser, seu substituto.

 **Acesso em:** <https://t.ly/q5fr>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

O Projeto de Lei 1506/22 permite que os valores arrecadados com multas ambientais sejam usados para financiar o pagamento por serviços ambientais. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta também permite a conversão das multas em ações do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA). Com a medida, o autuado terá descontos na multa ao financiar ações previstas no PFPSA.

O pagamento por serviços ambientais é um instrumento financeiro regulado pela [Lei 14.119/21](#), que remunera produtores rurais, agricultores familiares e comunidades tradicionais que preservam a sua área.

 **Acesso em:** <https://t.ly/OxkX>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

O Projeto de Lei 1890/22 facilita a concessão de medida protetiva de urgência no caso de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Pela proposta em análise na Câmara dos Deputados, a concessão da medida independerá da prévia lavratura do boletim de ocorrência. Além disso, o texto determina que não é passível de revogação a medida protetiva concedida com prazo para término.

Entre as medidas protetivas previstas na [Lei Maria da Penha](#), está o afastamento do agressor do lar, por exemplo.

 **Acesso em:** https://t.ly/_FJe

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

O Projeto de Lei 1610/22 altera o [Código de Processo Penal \(CPP\)](#) para criar o instituto do habeas corpus coletivo, admitindo que o instrumento seja usado para proteger várias pessoas ao mesmo tempo. O texto autoriza ainda o uso do instrumento pela Defensoria Pública e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

Atualmente, o CPP estabelece que o habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa ou pelo Ministério Público sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, por ilegalidade ou abuso de poder.

 **Acesso em:** <https://t.ly/btQu>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A Câmara dos Deputados aprovou requerimento de urgência para o Projeto de Lei 1906/22, que prevê medidas para proteger mulheres no mercado de trabalho e permite o flagrante delito quando o agressor for filmado ou fotografado cometendo violência contra a mulher. Com a urgência, a proposta poderá ser votada pelo Plenário sem precisar passar antes pelas comissões permanentes.

 **Acesso em:** <https://t.ly/jV3H>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

O Projeto de Lei 1561/22 classifica a conduta de falsificação em banco de dados públicos como crime de falsidade ideológica. A proposta altera o [Código Penal](#).

O Código Penal define falsidade ideológica como o ato de omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. A pena prevista é de reclusão de um a cinco anos e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos e multa, se for particular.

Pelo projeto, incorrerá nas mesmas penas quem inserir informação ou dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da administração pública com o objetivo de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.

 **Acesso em:** t.ly/dVxSX

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA)
MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

mda.org.br
secretaria@mda.org.br
+55 (11) 3146 -2412

